



---

## REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E DECOLONIALIDADE: UMA POSSÍVEL LEITURA DOS CONTOS MARIA E ANA DAVENGA, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

**Adriana Teixeira de Oliveira Kató**  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)  
E-mail: adryana\_teixeira@yahoo.com.br

**Fabiana Pereira de Assis**  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)  
E-mail: fabisassis@yahoo.com

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir a respeito das implicações de gênero e decolonialidade nos contos Maria e Ana Davenga, publicados na obra **Olhos d'água**, de Conceição Evaristo (2017). As personagens dos contos, mulheres negras, são vítimas da violência que atinge os corpos femininos, em especial o negro. Silenciadas e privadas de suas escritas, as mulheres negras incluem na literatura novos sujeitos de enunciação, que estão nas margens da sociedade. Para as análises que nos propomos a fazer, utilizaremos no referencial teórico os estudos de Duarte (1998), Evaristo (2005), Angela Davis (2016) e bell hooks (2014) para tratar sobre a literatura feminina negra, e Maria Lugones (2008) para um diálogo com gênero e decolonialidade. Trata-se de um trabalho de carácter bibliográfico, de análise do *corpus* literário, cujo resultado final indica que a violência é consequência dos impactos intersubjetivos da colonialidade e afeta ao longo da vida mulheres de todas as raças e etnias.

**Palavras-chave:** Mulheres negras. Violência. Colonialidade.

### REFLECTIONS ON GENDER AND DECOLONIALITY: A POSSIBLE ANALYSIS OF THE SHORT STORIES MARIA AND ANA DAVENGA, BY CONCEIÇÃO EVARISTO

### ABSTRACT

This article aims to reflect on the implications of gender and decoloniality presented in the short stories Maria and Ana Davenga, published in the work *Olhos d'água*, by Evaristo (2017). The characters in the stories, black women are victims of violence which affects female bodies, especially black people. Silenced and deprived of their writings, black women include new subjects of enunciation in the literature, who are on the margins of society. For the analyzes, we will use the studies by Duarte (1998), Evaristo (2005), Davis (2016), Hooks

(2014) to deal with black female literature, Bourdieu (2003) for the issues of violence and Lugones (2008) for a dialogue with gender and decoloniality. This is bibliographic work, which analyses the literary corpus. The results indicate that violence is a consequence of the intersubjective impacts of colonization and also highlight its effects on women of all races and throughout all their life.

**Keywords:** Black women. Violence. Coloniality.

## INTRODUÇÃO

Angela Davis (2016), ao fazer um levantamento sobre os dados históricos da escravidão, constatou que parte dos estudiosos que se dedicaram a analisar o período escravagista e as adversidades vivenciadas pelos escravos, não trouxeram à tona a situação específica das mulheres negras. Alguns dos historiadores, segundo Davis (2016), mantiveram-se atentos apenas às discussões sobre promiscuidade sexual ou pendores patriarcais, o que termina por obscurecer as particularidades das distintas vivências entre mulheres e homens negros.

Manter a imprecisão histórica sobre a realidade peculiar feminina negra na era escravagista é mais uma vez silenciar todas as vozes das mulheres que foram açoitadas, mortas e violadas de todas as formas nesse período, bem como não nos permite fazer uma leitura acerca da luta atual das mulheres negras em busca de liberdade e igualdade de direitos.

Nesse sentido, autoras como bell hooks e a própria Angela Davis (dentre outras) têm traçado um paralelo entre as vivências experienciadas pelas mulheres negras enquanto escravas e o modo como tais vivências reverberam na atualidade em convergência com um sistema hierárquico opressor, cujo corpo feminino, em especial o negro, permanece subalternizado e condicionado à desvalorização da feminilidade.

Ao fazer uma breve retrospectiva sobre as experiências das mulheres negras na escravidão, bell hooks (1981) destaca que o sexismo tinha maior impacto que o racismo nas vidas dessas mulheres. Sexismo esse instaurado por um sistema patriarcal que, assim como o imperialismo racial, regula ainda hoje a estrutura social. Essa estrutura, que estabelece hierarquias entre os sujeitos homem/mulher, era parte integral da ordem política e social

trazida pelos colonizadores europeus e teve impactos irreversíveis na vida das mulheres de cor.

E, como parte do projeto colonizador, foi imposto o sexismo às inúmeras sociedades preexistentes ao sistema capitalista, que dizimou um número infinito de formas de estruturas sociais africanas e indígenas, cuja organização não se mantinha sob a lógica dimórfica sexual, que centraliza o poder apenas nas mãos de homens.

Dessa forma, é possível perceber que além das limitações racistas impostas às mulheres de cor, houve ainda a submissão à categoria de gênero, que sustenta o patriarcado e é também uma forma de exercer a opressão sobre elas. Reforçada no que diz bell hooks (1981, p. 19): “A exploração racista das mulheres negras como trabalhadoras quer nos campos ou como domésticas na casa grande não era tão desumanizada e desmoralizante como a exploração sexual.” Destarte, a vulnerabilidade das mulheres negras era ainda maior pelo simples fato de serem mulheres, pois o sexismo colonial validou a exploração sexual delas.

É de suma importância tratarmos das contribuições do delineamento com o gênero para os estudos decoloniais, pois esse esteve presente nas interações sociais, coloniais, pós-coloniais e ainda influenciam a atualidade.

Maria Lugones ao olhar atentamente para as peculiaridades femininas nos seus estudos sobre a colonialidade do poder de Anibal Quijano, formulou o conceito de Colonialidade de gênero. A autora partiu do pressuposto de que existe um sistema colonial e moderno eurocêntrico de gênero, cujas categorias raça e classe foram ignoradas em sua constituição. Esse sistema instaura a distinção entre humanos e não humanos, bem como cria a categoria “mulher”, cujas negras não estão representadas, pois sua abrangência compreende apenas mulheres brancas, burguesas e heterossexuais. Nota-se que as mulheres de cor também não são representadas na categoria “negro”, pois essa corresponderia somente a homens de cor. Dessa forma, não há possibilidade de fazer uma interseccionalidade sem que antes se crie uma categoria que dê o devido lugar para a mulher negra.

Nesse sentido, na tentativa de dialogar com as propostas de um feminismo decolonial, mulheres negras, na condição de produtoras e protagonistas de suas próprias histórias e desventuras do dia a dia, têm se dedicado a combater a invisibilidade e submissão ao outro, seja ele representado na forma de homens ou mulheres brancas. Suas vozes, por vezes

caladas, tomam forma por meio da escrita literária que se torna política, pois denuncia inúmeras formas de opressão.

Mediante essas reflexões, direcionamos o foco para o livro de contos intitulado **Olhos d'água** (2015), da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo. A obra retrata experiências condicionadas por homens e mulheres negras, figuras anônimas que compõem a sociedade brasileira: mendigos, prostitutas, empregadas domésticas, traficantes, alcoólatras, no seu particular e coletivo, sempre em interação com as classes sociais.

Os contos de **Olhos d'água** concentram-se em personagens femininas fortes, traduzindo suas vivências em formas poéticas que desatam as mordidas impostas a essas mulheres. É dessa maneira que nos são apresentadas *Maria* e *Ana Davenga*. Duas mulheres com características comuns: negras, pobres, moradoras de comunidades, que possuem corpos brutalmente violados ao serem assassinadas por crimes que não cometeram. Diante da leitura desses dois contos, que recebem os nomes dessas mulheres, nos propomos a analisar, na construção das narrativas, as implicações de gênero e decolonialidade.

## **PESPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE ESCRITA FEMININA NEGRA, DECOLONIALIDADE E GÊNERO**

Refletir acerca da mulher negra na literatura nos leva não apenas a revisitar o seu silenciamento, mas também conhecer e resgatar mulheres que utilizam suas escritas como instrumento de luta e resistência política. Para Conceição Evaristo a escrita feminina negra busca incorporar ao *corpus* da literatura brasileira imagens de uma autorrepresentação:

Assenhoreando-se 'da pena', objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no *Corpus* literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido (EVARISTO, 2005, p. 6).

A produção dessa autora faz a relação da escrita com a práxis, com a memória, com o espaço, além de estar atrelada a um processo de *escrevivência* e reconstrução pessoal. Nesse sentido, contraria a lógica da literatura hegemonicamente masculina e branca, pois, na condição de escritora negra, manifesta-se como sujeito de sua própria história.

Para Conceição Evaristo, a escrita é um amalgamado de vivências, de histórias, de memórias que possibilitam uma autoconstrução de si e dos outros, aproximando ficção e realidade. E esses traços são denominados pela escritora como *Escrevivência*. Nas palavras dela são como uma espécie de vingança e ao mesmo tempo esperança contra o silenciamento:

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança (EVARISTO, 2005, p. 2).

A representação literária da mulher negra no Brasil é fundamentada no seu passado de escravidão, onde é retratada com a imagem de “corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor” (EVARISTO, 2005 p. 1). Nessa literatura, a mulher negra dificilmente é descrita com a imagem de mãe, que resta desenhada apenas para a mulher branca.

Mas essa configuração muda quando elas são ficcionadas pelo olhar feminino de escritoras negras, como Conceição Evaristo. Nos contos analisados, a autora atribui às heroínas de sua narrativa valores como os da maternidade, concedidos antes apenas às mulheres brancas.

Ao mesmo tempo, em cada um dos contos analisados, Evaristo deflagra um cotidiano marcado pela violência, discriminação e silenciamento, refletindo como o contexto social ainda é impregnado de significações racistas e sexistas, oriundas de um passado colonial. Nesse sentido, apresentamos abaixo as personagens centrais de cada um dos contos e aspectos centrais do enredo.

Maria, personagem título do conto, é uma mãe solteira, negra, moradora de comunidade e que trabalha como doméstica. Todos os dias, como condução para o trabalho, a personagem pega o mesmo ônibus. Em um dos retornos para casa, encontra no ônibus o pai de seu filho, rapidamente há uma aproximação entre os dois, o homem pede que ela faça um carinho no filho, em seguida ele e outro comparsa anunciam um assalto, todos os passageiros são assaltados, com exceção de Maria, que depois da fuga dos assaltantes é vista como cúmplice. Exaltados, os passageiros do ônibus subjagam Maria culpada e a espancam deixando-a sem vida.

Nesse trecho é descrita a cena do crime: “Alguém gritou: *Lincha! Lincha! Lincha!*... Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria” (EVARISTO, 2015, p. 42).

Ao final da cena de extrema violência, o corpo de Maria é deixado jogado no ônibus, como objeto destinado ao lixo: “Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado” (EVARISTO, 2015, p. 42).

Ana Davenga, personagem central do conto, cujo título recebe seu nome, também é negra, pobre e residente de comunidade. Tem como marido Davenga, homem negro, que é responsável pelo tráfico de drogas na comunidade. Ana Davenga não é envolvida nos negócios do marido, mas tem pleno entendimento que esses são ilegais.

Maria pensa no filho enquanto é coagida e Ana Davenga segura a barriga tentando proteger o filho dos disparos dos policiais. É de se refletir que a autora busca desmistificar estereótipos perpetuados às mulheres negras através da literatura. Conceição afirma que no imaginário ocidental existe a dialética do anjo e do demônio configurada nas imagens simbólicas de Eva e de Maria e que o “corpo da mulher se salva pela maternidade” (EVARISTO, 2005, p. 2). A ausência dessa maternidade fixa a mulher negra no “lugar de um mal não redimido.” (EVARISTO, 2005, p. 2).

A violência é presença marcada nos contos de Evaristo, o retrato do feminino negro, pobre, que é submetido a sobreviver diante das adversidades. Para Duarte (1998) “A partir de uma perspectiva étnica, de classe e feminista, algumas escritoras realizam – com competência e sensibilidade – agudas releituras da violência, expondo sem melindres personagens-chagas do cotidiano feminino.” É possível dizer que grande parte dessas “chagas” enraizadas na sociedade brasileira se mostra através de atos violentos, oriundos de preconceito racial, herança deixada pelo colonizador. Da mesma forma, o sexismo vê a mulher como um ser inferior, necessitando de uma figura masculina para existir.

Os contos Maria e Ana Davenga apresentam enredos fortes, que se desencadeiam para um fim trágico, nem um pouco fantasiado ou amenizado pela escritora. Evaristo narra um cotidiano de mulheres submetidas e expostas a todo tipo de violência, o que traz para literatura um realismo bruto, das mazelas que cercam os sujeitos marginalizados.

Para alinhar uma compreensão sobre como a brutalidade imputada aos corpos de Maria e Ana Davenga parecem naturalizadas e justificáveis, se faz necessário um diálogo com os estudos decoloniais, especialmente no que tange à decolonialidade de gênero discutida por Maria Lugones.

Para Lugones existe um sistema moderno/colonial de gênero restrito à constituição binária dos sexos, pois considera apenas a heterossexualidade, as categorias homem e mulher como as únicas em funcionamento, excluindo dela os transgêneros e as mulheres de cor. E nesse quadro, o conceito de *mulher* se restringe a um elemento fechado da cadeia, que são as mulheres brancas-burguesas-heterossexuais, como ela cita: “‘mulher’ seleciona como norma as fêmeas, burguesas, brancas e heterossexuais; como ‘homem’ seleciona os machos burgueses, brancos, heterossexuais. A categoria de ‘negro’ seleciona apenas os machos heterossexuais negros [...]” (LUGONES, 2008, p. 78).

Lugones deixa claro que para entender o sistema colonial de gênero nas suas nuances e formas, o lado claro dessa construção, como ela mesma intitula, é necessário buscar as marcas históricas dessa constituição binária, biológica e excludente, sobre a qual ela cita:

Entender os traços historicamente específicos da organização de gênero no sistema moderno/colonial de gênero (dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) é central para uma compreensão da organização diferencial de gênero em termos raciais (LUGONES, 2008, p. 78).

Para aprofundar essa discussão, Lugones (2008) dialoga com os estudos de outras autoras, como Julie Greenberg, e desconstrói a lógica impositiva por trás da concepção biológica dos sexos. Ela constata que, na verdade, a ideia dos sexos biológicos é socialmente construída e constitui “o lado claro” do sistema colonial moderno.

Em contrapartida, no lado obscuro desse sistema, estão todos aqueles que não atendem ao padrão dimórfico e sofrem com a violência de gênero. Dessa forma, “Hermafroditas, sodomitas, viragos, e os colonizados eram todos entendidos como aberrações, seres bestiais, que distorciam a perfeição masculina” (LUGONES, 2019, p. 359).

A missão civilizatória fez com que o sistema mundo criasse mitologicamente a noção de preexistência da Europa e adotou todos os modelos e condutas sociais que convinham na estrutura de poder eurocêntrica. Para isto, apagou as marcas culturais das civilizações e sociedades tribais, especialmente aquelas em que figuravam indivíduos intersexuais, e onde não havia relações binárias e hierárquicas entre os indivíduos, como é o caso das sociedades Yorubás.

Lugones (2008), baseada nos estudos de Oyéronké Oyewùmí sobre as sociedades Yorubás, confirma que antes da missão civilizatória não existia essa relação hierárquica

binária entre os sexos. O sistema patriarcal foi imposto nas sociedades gineocráticas e modificou as relações sociais e políticas, excluindo as mulheres das funções de liderança e impondo a elas normas comportamentais tais como: submissão, fraqueza, docilidade e mansidão.

Nos contos em análise, nem Ana Davenga e nem Maria possuem aptidões de liderança. Ana é submetida a uma vida de espera, necessitando que Davenga ou seus amigos lhe levassem o sustento, reforçando uma característica do sistema patriarcal onde na família cada um tem seu papel, o homem é provedor e a mulher cuida do lar e dos filhos. O que podemos comprovar no trecho: “Ele trazia sempre dinheiro e coisas. No tempo que ficava fora de casa, eram os companheiros dele que, através das mulheres, lhe traziam o sustento” (EVARISTO, 2015, p. 42).

Ana Davenga também tinha sua voz silenciada, mostrando obediência ao homem e não questionando as decisões dele: “Era cega, surda e muda no que se referia a assuntos deles” (EVARISTO, 2015, p. 22). Essa mulher era fruto da educação patriarcal, que rege a sociedade, mostrando que as mulheres devem ser subservientes aos homens. Assim, no conto Ana Davenga, fica em destaque o machismo e sexismo que determina as relações de poder entre homem e mulher, onde toda a liberdade é dada ao masculino, e ao feminino resta a opressão e a submissão.

Maria aparentava sinais de docilidade ao pai de seu filho, não questionando a aproximação do homem durante o assalto. Ela não o considerava assaltante, e sim pai de seu filho. “Ela não conhecia assaltante algum. Conhecia o pai de seu primeiro filho, conhecia o homem que tinha sido dela e que ela ainda amava tanto” (EVARISTO, 2015, p. 41). O comportamento de Maria é um exemplo do que define Lugones sobre a docilidade das mulheres.

É possível destacar nos contos três tipos de violências sofridas pelas personagens: simbólica e moral, que se desencadeiam para uma violência final, a física. Refletindo sobre a violência simbólica, Constância Lima Duarte entende que essas relações de poder se dão do masculino sobre o feminino. “Ora, tal poder tem nome, e ele é machismo. E as relações de poder do macho sobre a fêmea, estão bem visíveis nas relações sociais de gênero” (DUARTE, 1998, p. 1).

O que podemos pensar a respeito de tal violência é que essa se mostra de maneira sutil e suavizada, encontrada no cotidiano, como uma forma de coação interceccional, opondo classe, raça e gênero. Maria, personagem que trabalha como empregada doméstica, numa casa de família rica, na volta para casa levava os restos de comida que a patroa lhe dera: “No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta.” (EVARISTO, 2015, p. 39). Sendo de classe dominada, como mulher e negra, Maria não possuía nem o mínimo para ter uma alimentação básica para si e para seus filhos, vivendo a marca da exploração e da desvalorização da mão de obra feminina e negra, o que reflete a colonialidade de gênero descrita por Lugones (2008), na qual mulheres de cor estão na parte mais inferior na pirâmide hierárquica de poder, sendo passíveis à exploração, ao trabalho pesado, tal qual ocorria na era escravagista.

A violência simbólica sofrida pelas personagens desencadeia para uma segunda violência, a violência moral, definida pela Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Penha) como um tipo de agressão que guarda conexão com os crimes contra a honra, quais sejam: calúnia, injúria, difamação, e provoca lesão à autoestima, ao convívio social, desqualificando e inferiorizando a vítima. Essa violência continua a atingir as mulheres, mais intensamente as de cor e é o resultado da desvalorização da natureza feminina negra, compondo relatos de inúmeras mulheres ao longo da história, como é o caso de uma enfermeira, no qual o desabafo foi publicado em 1912 em um artigo de uma das edições do *Independent*:

Nós pobres mulheres negras ganhadoras de salários no Sul estamos lutando uma terrível batalha [ ...] por um lado, somos atacadas pelos homens brancos, e por outro lado, somos atacadas pelos homens negros, que deviam ser os nossos protetores naturais; e quer cozinhando na cozinha, a lavar roupa no balde, por cima de máquina de costura, atrás do carrinho de bebê, ou na tábua de passar-a-ferro, nós somos pouco mais que embalagens de cavalos, bestas de carga, escravas! Num futuro distante, talvez, séculos e séculos daqui, um monumento de bronze ou pedra será levantado às Mamães Negras do Sul, mas o que nós precisamos é de ajuda presente, de simpatia presente, de melhores salários, de melhores horas, de mais proteção e a oportunidade de respirar por uma vez vivas como mulheres livres (HOOKS, 1981 p. 43).

Diante dessas questões parece-nos possível afirmar que a violência imposta à Maria e à Ana Davenga se situa no lado oculto/escuro do sistema gênero e é justificada através do sexismo e do elemento racial, visto que a experiência dessas mulheres está indissociavelmente

ligada a sua ancestralidade. Portanto, nos contos, a imagem da mulher negra como criminosa é imposta e incutida no imaginário coletivo, fazendo com que haja um duplo exercício de poder dos seus algozes, tanto sexista como racista.

Quando a personagem do conto Maria é associada ao assalto devido a sua proximidade com o assaltante, são proferidas a ela todo o tipo de injúrias, de caráter racial e de gênero “[...] aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! [...]” (EVARISTO, 2015, p.42). Tais insultos proferidos à protagonista do conto mostram a depreciação de valores sobre a mulher e sobre a cor de sua pele, uma vez que tais palavras são lançadas de forma pejorativa.

Ana Davenga, por sua vez, também não estava isenta de tal violência, embora não tenha sido insultada publicamente, a personagem do conto sente-se culpada pelo “choro gozo” de seu companheiro, toda vez que esse terminava a relação sexual. “Era como se Davenga estivesse sofrendo mesmo, e fosse ela a culpada.” (EVARISTO, 2015, p. 23). Ao ser tomada por tais sentimentos de culpa, Ana Davenga sentia pressão psicológica, o que causava transtornos no convívio familiar e fazia a personagem recusar a ter relações com Davenga.

Todo o contexto narrativo dos contos leva o leitor para uma violência final, onde os corpos das personagens são violados e expostos publicamente como se fosse uma punição de seus possíveis crimes. Ao narrar o desfecho dos contos Maria e Ana Davenga, Conceição Evaristo expõe a violência física sofrida diariamente por diversas mulheres em todo mundo. Maria, ao ser considerada participante no assalto, foi sentenciada e começou a sofrer as agressões: “[...] disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher.” (EVARISTO, 2015, p. 42).

Ao nos direcionarmos ao conto Ana Davenga, vemos que a personagem, assim como Maria, tem um subjugamento. Depois de uma festa surpresa que fizeram pelo seu aniversário, a polícia invadiu o barraco de Davenga e ambos foram mortos a tiros, sobre a cama, pelos policiais, mesmo não esboçando reação alguma:

Outro policial do lado de fora empurrou a janela de madeira. Uma metralhadora apontou para dentro de casa, bem na direção da cama, na mira de Ana Davenga. Ela se encolheu levando a mão à barriga, protegendo o filho, pequena semente, quase sonho ainda. (EVARISTO, 2015, p. 30).

Ao invadir a casa de Davenga a polícia trata a todos como criminosos “[...] quando a porta abriu violentamente dois policiais entraram de armas em punho” (EVARISTO, 2015, p.

30). Ana e Davenga estavam no meio do ato sexual, a ele é dado o direito de vestir-se, mas à Ana a obrigação de continuar como estava, nua sobre a cama. Não há nenhum diálogo entre Ana Davenga e a polícia que pudesse induzir a uma negociação. Ela é morta, grávida, como mulher de traficante na favela. E os veículos de comunicação da cidade não mencionam a morte da mulher negra: “Os noticiários depois lamentavam a morte de um dos policiais de serviço. Na favela, os companheiros de Davenga choravam a morte do chefe e de Ana, que morrera ali na cama, metralhada, protegendo com as mãos um sonho de vida [...]” (EVARISTO, 2015, p. 30).

Nesse sentido, os variados tipos de violência que acometem as mulheres negras, as ações reprovativas, os xingamentos, os olhares de rechaço, as limitações no mercado de trabalho, até a bruta invasão de seus corpos culminando com a morte, são ainda os resquícios do que se iniciou na colonização com a escravidão, cujo legado da criação fantasiosa dos conceitos de gênero e raça deslocam as protagonistas dos contos para o lugar mais subalterno das hierarquias dicotômicas, onde, para Lugones (2016), a marca do não humano, em contraste com o humano, é imposta pela perspectiva eurocêntrica aos colonizados. Essa justificativa da não humanidade foi utilizada como ferramenta normativa para condenar os colonizados, afinal, por não pertencerem aos da raça pura, branca, poderiam ser penalizados a toda sorte.

Lugones também alerta que “As fêmeas racializadas como seres inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher – tantas quantas foram necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global” (LUGONES, 2008, p. 94). Ou seja, a única explicação para que hajamos com certa naturalidade, ainda hoje, diante de tantos abusos cometidos às mulheres negras. Maria e Ana Davenga são exemplos da forma como as mulheres foram racializadas no padrão de poder global, essa estrutura atingiu de maneira intersubjetiva as relações sociais e as instituições, fazendo-nos reproduzir continuamente a subjugação e a exploração de corpos negros femininos.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto até aqui, este trabalho objetivou perceber reflexões de gênero e decolonialidade nos contos Maria e Ana Davenga, pontuando as marcas de violência



(simbólica, moral e física) sofridas pelas personagens, concluindo assim, que a Colonialidade do Poder é uma estrutura de dominação do sistema mundo/colonial que classifica e diferencia sujeitos racialmente para uso de sua força de trabalho e exploração. Agregado a esse conceito, Lugones (2008) estabelece a colonialidade de gênero indicando que assim como a raça, o gênero também é uma construção fictícia e ideológica, marcada na diferença binária homem x mulher.

As marcas da Colonialidade de gênero podem ser percebidas com frequência na vida das mulheres, especialmente as negras, personagens das narrativas aqui analisadas, que vivem no lugar marcado da diferença colonial, onde seus corpos têm pouco ou nenhum valor e seus direitos e dignidade são muitas vezes negados.

Salientamos ainda, a importância que a escrita feminina negra acrescenta ao sistema literário nacional. Reconfigurando, por meio da criação literária, narrativas de desmistificação da mulher negra.

Observa-se na literatura feminina negra a tematização consciente das questões referentes a opressões de gênero, suas personagens mulheres, negras, mães, marginalizadas denunciam o ciclo social em que estão inseridas. E muito embora elas não tenham uma narrativa plenamente feliz, como nos casos de Maria e Ana Davenga, a escrita devolve a elas a dignidade de suas existências obscurecidas pela literatura branca.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.340/06.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 07 de agosto de 2006.

BALISA, Fernanda Francisca. A violência contra a mulher negra no conto “Maria”, de Conceição Evaristo. **Litterata**, Ilhéus. v. 7/1, jan./jun. 2017.

CARDOSO, Sebastião Marques. **Representações da violência no conto “Ana Davenga”, de Conceição Evaristo.** Revista da Anpol, Florianópolis v. 1, n. 43 (2017).

DAVIS. Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. **Gênero e violência na literatura afro-brasileira.** Revista Literafro. Belo Horizonte, 2010. Disponível LITERAFRO- <[www.letras.ufmg.br/literafro](http://www.letras.ufmg.br/literafro)>.



---

EVARISTO, Conceição Maria. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

\_\_\_\_\_. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. M. de B.; SCHNEIDER, L. (Org.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária UFPB, 2005. Disponível em: <<http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivencia-de.html>>.

\_\_\_\_\_. Isaltina Campo Belo. In: **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2016.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**: mulheres negras e feminismo. Lisboa: Plataforma Gueto, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá-Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.